

## DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA APA CANTÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DA ECONOMIA PLURAL E SUBSTANTIVA

Waldecy Rodrigues<sup>1</sup>

Nayara Silva Santos<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho teve como objetivo verificar indicadores de desenvolvimento territorial na Área de Proteção Ambiental Bananal/Cantão – Estado do Tocantins, a partir da abordagem da economia plural e substantiva. Metodologicamente foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Municipal Polanyiano (IDMP), criado por Rodrigues e Santos (2018), a partir da perspectiva teórica de Karl Polanyi. Os resultados mostram que mesmo em pequenos municípios, como é caso do conjunto estudado, o modelo de desenvolvimento que prioriza o mercado como meio de organizar a sociedade prevalece. O papel do Estado como indutor do desenvolvimento se mostrou frágil nessa região, principalmente nos indicadores que analisam alternativas a um mercado dominante, que seriam os pequenos negócios, a agricultura familiar e a economia solidária, elementos estes fundamentais para o desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional; Economia Plural; Papel do Estado.

### Abstract

This paper aimed to verify indicators of territorial development in the Environmental Protection Area Bananal/Cantão – State of Tocantins, from the approach of plural and substantive economy. Methodologically, the Polanyian Municipal Development Index (IDMP), created by Rodrigues and Santos (2018), was used from the theoretical perspective of Karl Polanyi. The results show that even in small municipalities, as is the case of the group studied, the development model that prioritizes the market as a means of organizing society prevails. The role of the State as a promoter of development proved to be fragile in this region, especially in the indicators that analyze alternatives to a dominant market, which would be small businesses, family farming and the solidary economy, elements that are fundamental for sustainable territorial development.

Keywords: Regional Development; Plural Economy; State role.

## 1. INTRODUÇÃO

A economia plural é uma abordagem da economia real que parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e entre estes e a natureza são regidas por princípios econômicos plurais e assumem formas institucionais diversas, cujo maior inspiração é Karl Polanyi. (LAVILLE, 2009). De acordo com Sauvage (1996) a intenção da abordagem plural não é, em absoluto, apresentar

---

<sup>1</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Universidade Federal de Tocantins. E-mail: waldecy@uft.edu.br

<sup>2</sup> Professora da Universidade Estadual do Maranhão. Doutora em Desenvolvimento Regional – Universidade Federal de Tocantins. E-mail: nayara.santos@uemasul.edu.br

um paradigma que represente a antítese do mercado, mas sim, ampliar esta noção redutora que coloca o mercado ou a economia, acima dos interesses da sociedade.

De acordo com a abordagem etnológica de Polanyi, todos os sistemas econômicos conhecidos são organizados segundo os princípios de redistribuição, reciprocidade, domesticidade, troca (mercado) ou ainda, por alguma combinação entre eles. Cada um dos princípios está associado a um modelo institucional de suporte identificados em qualquer sociedade como fatores de organização da produção e distribuição da riqueza.

Esses princípios formam a base legitimadora da natureza plural da economia, na qual Polanyi evidencia, através de uma análise histórica, que a economia sempre permitiu uma pluralidade de formas. A discussão atual que se constrói sobre a economia plural se coloca em termos de revisão dos pressupostos habituais de explicação do caráter e da natureza da atividade econômica, particularmente daquele que a reduz à ideia ao princípio de mercado.

Na perspectiva estruturada por França Filho e Laville (2004), os quatro princípios identificados por Polanyi se reagrupam em três formas de economia complementares e, simultaneamente, produtoras e consumidoras de riqueza: **a) Economia mercantil**, fundada no princípio do mercado autorregulado. É um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário; **b) Economia não mercantil** baseada no princípio da redistribuição. Marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório; **c) Economia não monetária** estabelecida a partir dos princípios da reciprocidade e domesticidade. Diz respeito de relação de trocas orientado segundo a lógica da dádiva, tal como formulada/descrita por Marcel Mauss.

Andion (2005) estabelece correspondentes institucionais que representam cada forma de economia, onde a economia mercantil é representada pela esfera mercado, a economia não mercantil corresponde à esfera Estado e a economia não monetária é representada pela esfera sociedade civil. Com essa estruturação, a autora ilustra a interação entre as esferas sociais (mercado, Estado, sociedade civil). Pela interação entre estas esferas abre espaço para a formação de parcerias e redes, sendo que a combinação entre os três polos resulta em uma pluralidade de iniciativas sociais de caráter econômico, que geram riqueza, empregos e fortalecem a coesão social.

Burawoy (2003) nos alerta que no “edifício” teórico polanyiano a relação entre mercado e sociedade não é exatamente harmônica, pelo contrário com a ascensão do mercado, como o modo dominante de regulação econômica, sociedade se molda ao mercado e torna-se assim um canal de suas tensões e contradições. Em vez de economia, sendo incorporada nas relações sociais, as

relações sociais são incorporadas no sistema econômico. E isto pode trazer uma série de problemas de natureza social e ambiental, que pode também inviabilizar as próprias sociedades de mercado. Neste sentido, a forma pela qual a sociedade civil e o Estado se articulam determinam as diversas trajetórias históricas que podem ser seguidas.

Desta forma na concepção polanyiana os três principais fatores de produção — terra, trabalho e dinheiro — devem ser protegidos contra a mercantilização. O trabalho deve ter um tratamento legislativo privilegiado nos sistemas capitalistas, que consiga equilibrar a evolução da produtividade e da competitividade com o bem-estar dos trabalhadores. O mercado de terras deve estar associado a regulações específicas que preserve seu caráter de recurso comum fornecedor bens agrícolas e serviços ambientais, em especial a agricultura familiar que merece um tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado. Finalmente, o próprio processo de mercantilizar excessivamente o dinheiro é para criar tais incertezas quanto a pôr em risco o próprio processo de troca.

Porém, em uma sociedade capitalista existe uma tendência exatamente contrária, age no sentido de reduzir os custos trabalhistas, flexibilizar o mercado de terras, abrandar a legislação ambiental e, principalmente, facilitar as condições para os investimentos financeiros. É na verdade, a evolução das instituições, e sua capacidade de lidar com estas contingências, que faz de uma variedade de capitalismo com trajetórias históricas diferentes de outras, sem esquecer a natureza incerta e contingencial destas mesmas trajetórias.

É importante assinalar que Polanyi não hierarquiza os princípios econômicos em qualquer período, o que sugere que o mercado, independente do período, pode conviver com os outros princípios econômicos, desde que ele (mercado) seja devidamente conformado aos interesses da sociedade. Logo, no sistema multidimensional, não há predominância de força entre as dimensões. Dado que o modo como elas se equilibram, segundo Polanyi, constituem diferentes sistemas. Quando existe a predominância do princípio de troca de mercado, o mercado liberal desincrustado seria um exemplo de instituição dominante. No caso do princípio de redistribuição dominante, o Estado de Bem-Estar Social, seria uma possibilidade de instituição dominante; se existir dominação do princípio da reciprocidade, a economia solidária se destaca como forma de produção, consumo e distribuição de riqueza.

Com essa leitura, busca mover-se do paradigma unidimensional de mercado, que constitui o modelo prevalecente desde a Revolução Industrial, para um modelo multidimensional, no qual o processo de desenvolvimento não decorre apenas do agir da força do mercado, mas é decorrente de posturas e práticas assumidas pelas dimensões que compõem a sociedade.

É possível perceber as dimensões da economia plural e substantiva nos ditos territórios reais? O Índice de Desenvolvimento Municipal Polanyiano (IDMP) é uma medição proposta por Rodrigues e Santos (2018) que sintetiza uma série de características no intuito de perceber a tendência dos municípios em desenvolverem-se através de uma estrutura econômica plural. A economia plural é uma abordagem que parte do pressuposto de que existe uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas, sendo uma economia saudável aquela que permite/apoia multiplicidade inerente dos sistemas econômicos.

Rodrigues e Santos (2018) estruturam o IDMP e comparam os resultados alcançados pelos municípios nesse índice com o IDHM, com o propósito de verificar se existe relação com entre os resultados alcançados no IDMP e IDHM que é o indicador com maior aceitabilidade para medir o impacto do progresso econômico nas condições de vida das pessoas. Os resultados apontam que municípios com características mais plurais e diversificadas em sua economia apresentavam melhores níveis de qualidade de vida. Os municípios que alcançaram as melhores faixas do IDMP apresentaram também um IDHM mais fortalecido o que expõe que pluralidade econômica de certo modo influencia em características econômicas e sociais consideradas desejáveis e esperadas do processo de desenvolvimento.

O IDMP como índice é amplamente voltado para a estrutura municipal e as ações que conduziria a um processo de desenvolvimento. Construído com três dimensões, o índice tem como objetivo avaliar o desenvolvimento municipal a partir da visão multidimensional e de economia plural.

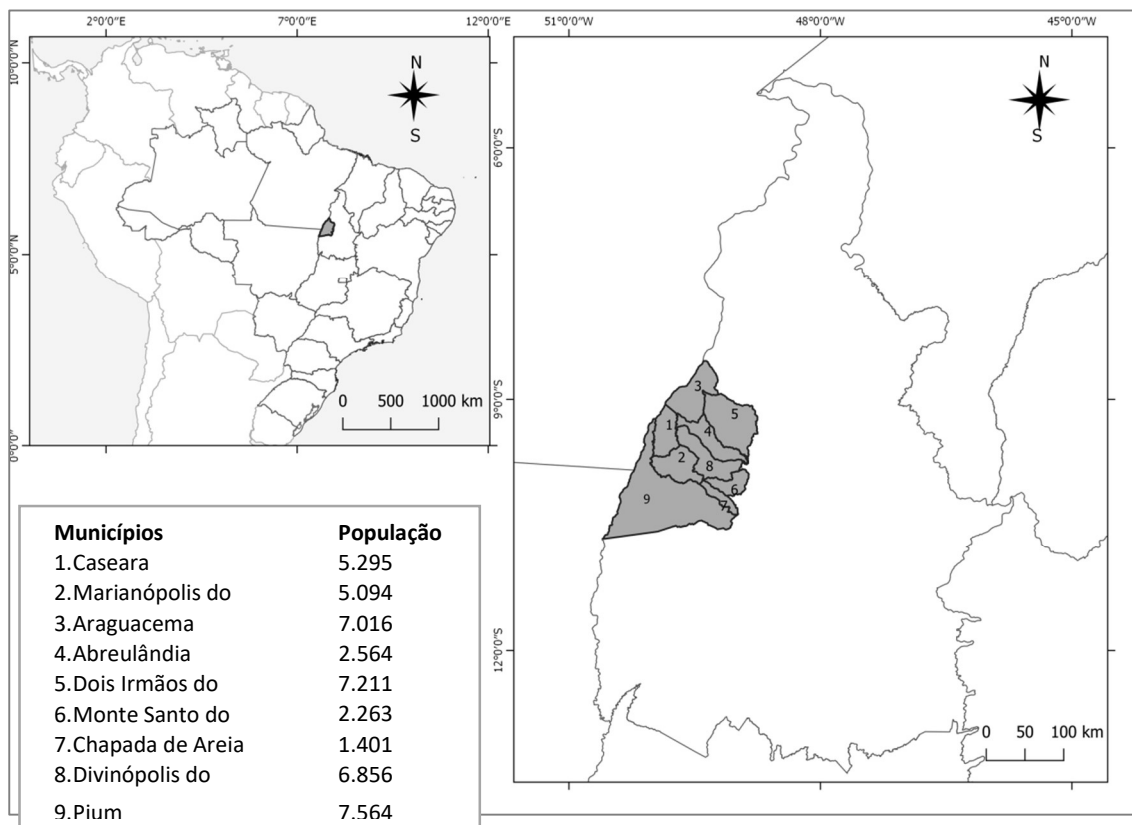
Nesse sentido este artigo vislumbra verificar indicadores de desenvolvimento territorial na Área de Proteção Ambiental Bananal/Cantão – Estado do Tocantins, a partir dessa perspectiva teórica.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

### **2.1 Área do estudo**

A APA Ilha do Bananal/Cantão possui uma área de 16.780 km<sup>2</sup>, abrangendo nove municípios, com população estimada em aproximadamente 45 mil habitantes (IBGE, 2018). Dos municípios localizados em seu interior, três se encontram totalmente inseridos na APA (Araguacema, Caseara e Marianópolis), conforme (Figura 1).

Figura 1: Municípios que a compõem a APA Ilha do Bananal/Cantão



Fonte: Elaboração própria, com base dados IBGE (2018).

## 2.2. Construindo indicadores para a economia plural

O Índice de Desenvolvimento Municipal Polanyiano (IDMP)<sup>3</sup> foi elaborado a partir da expressão das dimensões que compõem a abordagem multidimensional, tem como objetivo avaliar o desenvolvimento municipal a partir da visão multidimensional e de economia plural inspirada em Karl Polanyi.

As dimensões são as perspectivas da realidade que o índice vai observar, também podem ser vistas como os grandes campos do desenvolvimento da abordagem multidimensional, que, neste caso são: Estado, mercado, solidariedade e economia familiar. As dimensões são representadas pelos indicadores dimensionais compilados a partir de um conjunto de indicadores básicos que melhor traduza o conceito da dimensão dentro da abordagem multidimensional.

Os indicadores básicos são as subáreas que compõe a dimensão, por sua vez, decorrem da agregação de dados secundários coletados no sentido de

<sup>3</sup> O IDMP foi calculado para 5565 municípios brasileiros; não foi possível calcular para os municípios que foram constituídos em 1º de janeiro de 2013 por falta de dados para a composição de alguns indicadores. Os municípios para os quais o IDMP não foi calculado são: Pescaria Brava e Balneário em Santa Catarina, Mojuí dos Campos no estado do Pará; Pinto Bandeira no estado do Rio Grande do Sul; Paraíso das Águas em Mato Grosso do Sul.

captar de forma adequada os objetivos que cada indicador básico se propõe. Os dados secundários provêm de fontes públicas, seguindo a referência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG, 2010).

A média aritmética simples das três dimensões forma o IDMP. Os dados de forma geral que compõem os indicadores básicos foram tratados de forma estratificada, ou seja, divididos em grupo (estratos) com base em fatores apropriados. A estratificação ocorre para que a comparação seja feita entre municípios com mesmas características demográficas. Dentro de cada estrato é tomado os valores dos extremos; cada variável observada tem limiares mínimos e máximos, definidos pelo critério de pior resultado (mínimo) e melhor resultado (máximo), onde o máximo se torna 1 e o mínimo se torna 0. Assim, as variáveis convertem-se em indicadores básicos de 0 a 1.

**Quadro 1** - Estratos dos municípios por características demográficas

<b>ESTRATOS POR CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS</b>	
I-	Até 10 000 mil habitantes
II-	De 10 001 a 50 000 habitantes
III-	De 50 001 a 100 000 habitantes
IV-	De 100 001 a 500 000 habitantes
V-	De 500 001 a 1 milhão de habitantes
IV-	Mais de 1 Milhão de habitantes
VI-	Capitais

Fonte: Elaboração própria.

Depois de calculado, os municípios foram classificados de acordo com o valor calculado das dimensões, para essa classificação foi utilizado uma escala de valores fixa que varia de 0 (valor mínimo) a 1 ponto (valor máximo), quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento do município segundo os conceitos analisados. A escala é dividida em cinco categorias: IDMP Muito Alto (resultados >0,8); IDMP Alto (resultados >0,6 e até 0,8); IDMP Regular (resultados > 0,4 e até 0,6); IDMP Baixo (resultados >0,2 e até 0,4) e IDMP Muito baixo (resultados até 0,2). Estabelecido os critérios gerais de formação IDMP o passo seguinte é traçar de forma específica os procedimentos metodológicos que foram utilizados na constituição dos indicadores dimensionais e básicos.

#### a) Indicador Dimensional Estado (IDE)

A dimensão Estado na interpretação de Polanyi está relacionado ao poder político e à função legítima de redistribuir e organizar o contexto social. De forma sucinta é dever do Estado, assegurar à população, condições de vida através de uma administração pública eficiente e eficaz; criar novas oportunidades e proteger a sociedade face aos desequilíbrios estruturais da economia de mercado.

Buscando traduzir de forma coerente o Estado de inspiração polanyiana, o indicador dimensional Estado foi estruturado a partir de três de indicadores

básicos, cada um procurando atender um aspecto particular do conceito que são: indicador básico gestão fiscal, indicador básico ações de desenvolvimento e indicador ações de estímulo aos pequenos negócios<sup>4</sup> e economia familiar.

A média aritmética dos três indicadores básicos forma a dimensão Estado, quadro abaixo mostra como foram calculados os indicadores básicos.

**Quadro 2:** Indicadores que formam a dimensão Estado:

	Indicadores básicos	Aspectos analisados	Fórmula de cálculo IB	Fonte
<b>DIMENSÃO ESTADO</b>	Ações de desenvolvimento (ID Ad)	Compromisso com ODM	$\frac{\text{Compromisso} \cdot \text{Ação} + \text{Resultados}}{2}$	IBGE (2013); Portal do ODM (2013); SEBRAE (2013)
		Ações ODM		
		Resultados das metas dos ODM's		
	Gestão fiscal (ID Gf)	Receita própria (Rp)	$\text{Rp} \cdot (0,225) + \text{Gp} \cdot (0,225) + \text{In} \cdot (0,225) + \text{Lq} \cdot (0,225) + \text{Cd} \cdot (0,10)$	FIRJAN (2013)
		Gastos com pessoal (Gp)		
		Investimento (In)		
		Liquidez (Lq)		
		Custo da Dívida (Cd)		
	Ações estímulo aos pequenos negócios e atividades de subsistência (IB Pn)	Estímulo área urbana - Lei geral micro e pequenas empresas	$\text{Estímulo área urbana} \times \% \text{população urbana} + \text{estímulo área rural} \times \% \text{população rural}$	SEBRAE(2013); CONAB (2013)
		Estímulo área rural- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)		

Em que: x é o valor observado no dado do município e o y é o maior valor no estrato (limite superior)

Fonte: Elaboração própria.

#### b) Indicador Dimensional Mercado (IDM)

Para formar o indicador da dimensão mercado foi levando em consideração a expressividade do setor privado (participação) na economia do município, que evidencia o grau de dependência financeira dos municípios dos recursos públicos, e a dispersão do mercado, ou seja, a diversificação. Ao indicador dispersão foi atribuído o peso 2 por ser um conceito chave no modelo de mercado da abordagem multidimensional. Para avaliar a dispersão foi utilizado a massa salarial das micro e pequenas empresas <sup>5</sup>por entender que

<sup>4</sup> Neste trabalho o termo Pequenos Negócios é utilizado referenciando ao que a lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conceitua como microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP).

<sup>5</sup> As micro e pequenas empresas, neste indicador básico, são classificadas de acordo com número de empregados. De acordo com esse critério as empresas são classificadas em microempresa, pequena empresa, média empresa e grande empresa em função do número de pessoas ocupadas e dependendo do setor de atividade econômica investigado. O indicador levou em consideração as micro e pequenas empresas do setor de comércio e serviço que são aquelas que tem até 49 pessoas ocupadas (SEBRAE, 2013).

estas constituem-se matriz diversificadora da economia local. Assim, a dimensão mercada é composta através da seguinte equação:

(1)

$$IDM = \frac{IB \text{ participação} + (IB \text{ dispersão} \cdot 2)}{3}$$

E os indicadores básicos foram construídos conforme mostra o quadro:

**Quadro 3:** Indicadores básicos que formam a dimensão Mercado

	<b>Indicadores básicos</b>	<b>Aspectos analisados</b>	<b>Fórmula de cálculo</b>	<b>Fonte</b>
<b>DIMENSÃO MERCADO</b>	Participação do setor privado na economia	PIB setor privado e PIB total do município	$\frac{\frac{PIB_{\text{setor privado município } x}}{PIB_{\text{total município } x}}}{\frac{PIB_{\text{setor privado município } y}}{PIB_{\text{total município } y}}}$	IBGE (2012)
	Dispersão do setor privado.	Massa salarial pequenas empresas e massa salarial total do município	$\frac{\frac{Massa \text{ salarial MPE município } x}{Massa \text{ salarial total município } x}}{\frac{Massa \text{ salarial MPE município } y}{Massa \text{ salarial total município } y}}$	RAIS/CAGED (2013)

Em que: x é o valor observado no dado do município e o y é o maior valor no estrato (limite superior)

Fonte: Elaboração própria.

### c) Indicador Dimensional Solidariedade e Economia Familiar (IDSEF)

Na abordagem multidimensional os princípios reciprocidade e domesticidade formam a dimensão solidariedade e economia familiar. O trabalho estabelece correspondência a partir de uma relação de similaridade aos princípios sendo assim, a solidariedade é analisada a partir da economia solidária que segundo Laville (2008) constitui uma troca de natureza híbrida à medida que não atua exclusivamente sob o princípio da reciprocidade; mas recorre também a recursos monetários.

E a domesticidade é analisada levando em consideração a agricultura familiar que apesar de não expressar fielmente as características do conceito de domesticidade é o segmento que melhor retrata uma forma de produção gerenciada por família com predominância de mão de obra familiar que busca garantir inicialmente autossuficiência familiar, com destino acessório a mercado, o que não descaracteriza a essência da domesticidade como afirma Polanyi (2012).

Neste contexto, a dimensão solidariedade e economia familiar é formada por três indicadores básicos, o primeiro leva em consideração a economia solidária, o segundo abarca as cooperativas que praticam a heterogestão e o terceiro está relacionado à subsistência e leva em consideração a agricultura familiar. Em todos os indicadores básicos entende-se que quanto maior o coeficiente, em geral maior é a influência econômica gerada por esses estabelecimentos no município.

A média aritmética simples dos três indicadores básicos forma a dimensão solidariedade e economia familiar.



**Quadro 4:** Indicadores básicos que formam a dimensão Solidariedade e economia familiar

	Indicadores básicos	Aspectos analisados	Fórmula de cálculo IB	Fonte
<b>SOLIDARIEDADE E ECONOMIA FAMILIAR</b>	Economia solidária	Números pessoas vinculadas/associadas a estabelecimentos de economia solidária (EA) e PEA do município	$\frac{\text{Quantidade associados EA município } x}{\text{PEA município } x}$ $\frac{\text{Quantidade associados EA município } y}{\text{PEA município } y}$	MTE, 2013 e IBGE (2010)
	Cooperação	Quantidade de pessoas vinculadas a cooperativas (que praticam heterogestão) no município e PEA	$\frac{\text{Quantidade de cooperados município } x}{\text{PEA município } x}$ $\frac{\text{Quantidade de cooperados município } y}{\text{PEA município } y}$	OCB (2013) e IBGE (2010)
	Agricultura Familiar (Af)	Produção agrícola total e produção da agricultura familiar do município	$\frac{\text{Valor da produção Af município } x}{\text{Valor total da produção município } x}$ $\frac{\text{Valor da produção Af município } y}{\text{Valor total da produção município } y}$	IBGE (2006; 2013)

Em que: x é o valor observado dado do município e o y é maior valor no estrato (limite superior)

Fonte: Elaboração própria.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

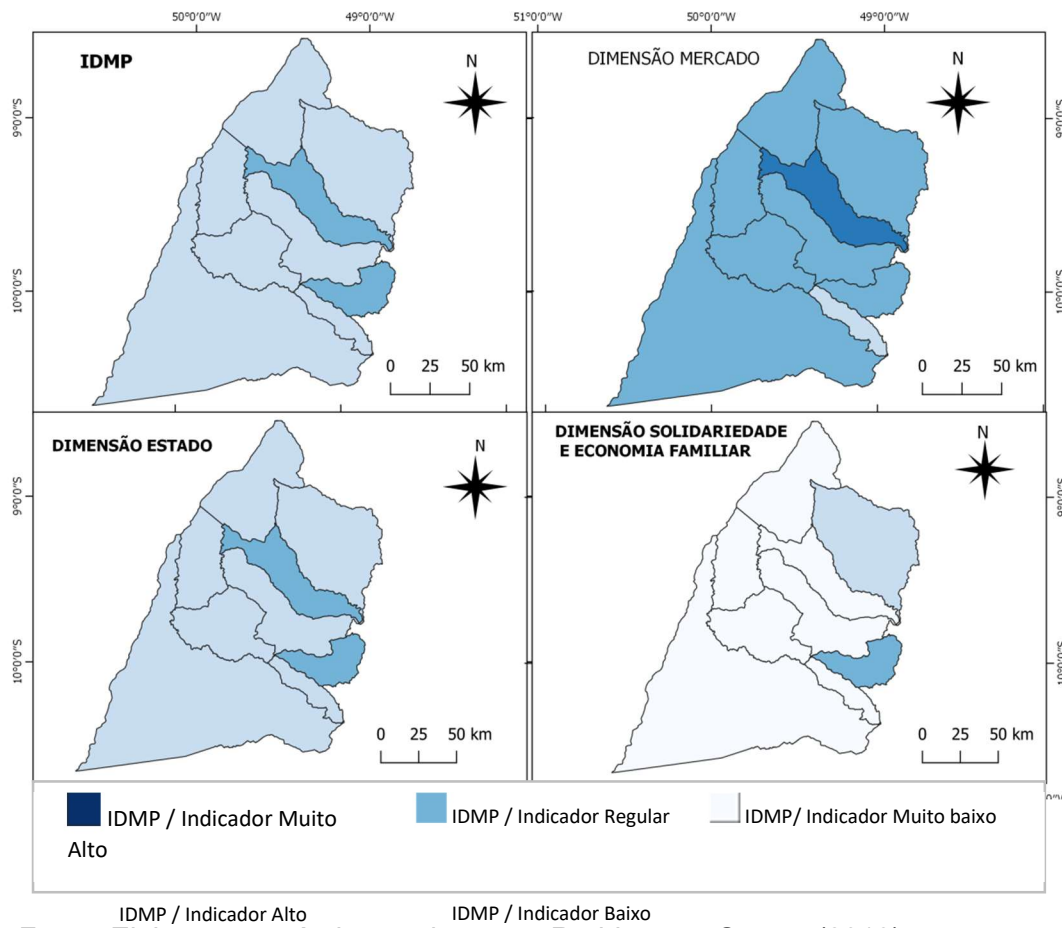
Analisando a região da APA Cantão através do IDMP é possível ver que os municípios estão na faixa de IDMP baixo ou regular sendo um retrato da configuração nacional e estadual. Os três eixos norteadores do índice mostram que os municípios alcançam resultados melhores na dimensão mercado, seguido da dimensão estado, a dimensão solidariedade economia família é a que apresenta cenário mais incipiente.

A dimensão mercado analisa a importância do setor privado (participação) na economia do município, que evidencia o grau de dependência financeira dos municípios dos recursos públicos, e a dispersão do mercado, que é a diversificação, através da presença de micro e pequenas empresas. Um município com economia diversificado corre menores riscos, por dispor de um tecido empresarial mais flexível, principalmente em momentos de turbulência econômica no que diz respeito ao nível de empregos. Em todos os municípios, assim como na média estadual e nacional o indicador participação demonstrou um resultado mais expressivo se comparação com participação. Evidenciando uma forte participação do PIB setor privado na composição do PIB total do município, porém a presença de micro e pequenas empresas não é proporcional, a representatividade do PIB setor privado o que evidencia a existência de empreendimentos maiores.

No conjunto de municípios analisado o indicador Estado consolidado não esboçou resultados expressivos, os municípios em sua maioria estão na faixa de IDMP baixo, salvo os municípios de Abreulândia e Monte Santo do Tocantins

que estão na faixa de IDMP regular. Porém o desempenho dos municípios da APA Cantão não se distânciava da média estadual e nacional.

Figura 2: Classificação dos municípios APA Cantão segundo o IDMP- 2013



Fonte: Elaboração própria com base em Rodrigues e Santos (2018).

Dos três indicadores que compõem a dimensão, o indicador gestão fiscal foi o que apresentou resultados mais relevantes, esse indicador busca visualizar a forma como os recursos municipais são administrados pelas prefeituras, uma vez que a saúde fiscal do município, assim como as prioridades no tocante a destinação dos recursos influencia diretamente no desenvolvimento do município.

Ainda na dimensão Estado o indicador estímulos aos pequenos negócios foi o que expressou resultados mais adversos, esse indicador busca alcançar o esforço do município em incentivar os pequenos negócios e a economia família. Dos nove municípios que compõem a APA Cantão oito obtiveram nulidade do indicador uma vez os dados expressam a inexistência de ações relacionadas ao próprio. Esse resultado mostra nexos com o resultado do indicador dispersão da dimensão mercado, a presença de micro e pequenas empresas pode ser proporcional ao incentivo que o poder público oferece.

Indicador básico ações de desenvolvimento englobam aspectos que estão direitos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. O indicador tem como objetivo perceber a capacidade do poder público em fixar objetivos e diretrizes orientando a transformação da realidade local, o resultado do indicador demonstra um esforço em torno de condições básicas e favoráveis ao desenvolvimento como: diminuição da pobreza, aumento dos índices de escolaridade, condições de acesso aos serviços de saneamento básico e água potável, combate a mortalidade materna e infantil, relacionadas aos objetivos do desenvolvimento do milênio.

Os municípios Abreulândia, Araguacema, Caseara e Monte Santo do Tocantins ficaram na faixa de indicador regular, acompanhando a média estadual e nacional e os municípios Chapada de Areia, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins e Marianópolis do Tocantins ficaram na faixa de indicador baixo.

Tabela 1: Indicadores de Economia Plural – APA Cantão/Ilha do Bananal

Municípios APA Cantão	Indicadores básicos da dimensão Estado			Dimensão Estado	Indicadores básicos da dimensão Mercado		Dimensão Mercado	Indicadores básicos da dimensão Solidariedade			Dimensão Solidariedade e economia familiar	IDMP
	1	2	3		4	5		6	7	8		
Abreulândia	0,72	0,45	0,31	0,52	0,61	0,60	0,61	0,00	0,07	0,23	0,15	0,42
Araguacema	0,71	0,42	0,00	0,39	0,60	0,58	0,60	0,00	0,15	0,24	0,20	0,40
Caseara	0,33	0,45	0,00	0,27	0,65	0,33	0,44	0,00	0,10	0,10	0,10	0,27
Chapada de Areia	0,73	0,31	0,00	0,36	0,60	0,17	0,31	0,00	0,02	0,22	0,12	0,27
Divinópolis do Tocantins	0,40	0,32	0,00	0,25	0,64	0,54	0,58	0,00	0,13	0,24	0,18	0,34
Dois Irmãos do Tocantins	0,65	0,38	0,00	0,36	0,67	0,44	0,52	0,00	0,02	0,58	0,30	0,39
Marianópolis do Tocantins	0,55	0,35	0,00	0,31	0,66	0,42	0,50	0,00	0,20	0,12	0,16	0,33
Monte Santo do Tocantins	0,79	0,49	0,00	0,44	0,64	0,36	0,46	0,42	0,00	0,37	0,40	0,44
Pium	0,70	0,35	0,00	0,37	0,80	0,49	0,60	0,00	0,08	0,03	0,06	0,34
<b>Estado do Tocantins</b>	<b>0,55</b>	<b>0,43</b>	<b>0,20</b>	<b>0,42</b>	<b>0,63</b>	<b>0,38</b>	<b>0,47</b>	<b>0,01</b>	<b>0,11</b>	<b>0,34</b>	<b>0,23</b>	<b>0,37</b>
<b>Brasil</b>	<b>0,53</b>	<b>0,45</b>	<b>0,18</b>	<b>0,42</b>	<b>0,72</b>	<b>0,36</b>	<b>0,51</b>	<b>0,05</b>	<b>0,06</b>	<b>0,48</b>	<b>0,30</b>	<b>0,41</b>

1- Gestão fiscal 2- Ações estímulo aos pequenos negócios e economia familiar 3- Ações de desenvolvimento 4- Participação do setor privado na economia 5- Dispersão do setor privado 6- Cooperação 7- Economia solidária 8- Agricultura familiar.  
Fonte: Elaboração própria com dados de Rodrigues; Santos (2018).

O desempenho dos municípios em relação à dimensão Solidariedade e Economia Familiar é muito baixo, principalmente considerando indicador economia solidária e cooperação todos os municípios ficaram na faixa de indicador muito baixo, salvo o município de Monte Santo do Tocantins alcançou a faixa de regular no indicador cooperação. Apesar de esboçar um resultado melhor que os demais que compõem a dimensão o indicador agricultura familiar também se manifesta de forma inerte nos municípios, com a maioria dos municípios na faixa de IDMP baixo e muito baixo, com destaque apenas Monte Santo do Tocantins e Dois Irmãos do Tocantins (faixa regular) acompanhando a média nacional.

Em uma região com setor agropecuário forte é oportuno observar que os indicadores que estão ligados às atividades do setor (estímulo aos pequenos negócios e economia familiar e agricultura familiar) expressaram resultados tão exíguos. O indicador básico ações de estímulo aos pequenos negócios e economia familiar busca alcançar o esforço do município em incentivar os pequenos negócios e a economia familiar. Na área urbana o indicado leva em consideração a efetiva implementação da lei geral das micro e pequenas empresas na área rural analisa a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Já indicador agricultura familiar analisa a participação desse seguimento na economia do município. Os municípios que compõem a APA Cantão fazem parte de um importante polo agrícola do Estado Tocantins, tendo a cultura da soja como principal atividade, e nos últimos anos essa cultura tem expandido por outro lado a agricultura familiar parece recuar, os resultados mostram um desempenho pouco expressivo.

A monocultura de uma forma geral favorece a concentração de terra, a concentração de renda e a progressiva expropriação do trabalhador rural. O setor agropecuário familiar é estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento. Os resultados dos indicadores convergem, uma vez que as ações para estímulos para economia familiar são tímidas o indicador que avalia a agricultura família demonstra de pouca expressividade.

#### **4. CONCLUSÕES**

Um olhar sobre a região a partir de uma perspectiva de desenvolvimento plural pode oferecer maiores possibilidades de ação para os municípios. Os resultados mostram que mesmo em pequenos municípios, como é caso do conjunto estudado, o modelo de desenvolvimento que prioriza o mercado como meio de organizar a sociedade prevalece. A dimensão mercado foi a que expressou um cenário mais positivo. Já dimensão Estado se mostrou mais frágil, principalmente nos indicadores que analisam alternativas a um mercado dominante, que seriam os pequenos negócios e a agricultura familiar (ação que impacta também no indicador dispersão da dimensão mercado) a consolidação de políticas que apoiem modelos de negócios pode impulsionaria resultados melhores nesta dimensão.

A dimensão solidariedade e economia familiar é de fato a que carece de um esforço maior. As iniciativas de geração de trabalho e renda, de forma solidária e associativa, tem se ampliado por todo Brasil nos últimos anos, experiências isoladas deram lugar a uma realidade que se abre e se dinamiza. Na mesma linha a agricultura familiar, agroecologia têm ganhado adeptos, passa ter na verdade um processo de reconhecimento e de criação de instituições de apoio a este modelo de agricultura.

Explorar essas possibilidades pode oferecer aos municípios um dinamismo econômico de base plural e um município com um plano econômico diversificado corre menores riscos, por dispor de um tecido mais flexível, principalmente em momentos de turbulência econômica no que diz respeito ao nível de empregos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Desenvolvimento e instituições**: a importância da visão histórica. In: Arbix, Glauco; Zilbovicius, Mauro; Abramovay, Ricardo. (Org.). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Edunesp/Edusp, 2001, v., p. 149-163

ABRAMOVAY, Ricardo (2000). "O capital social dos territórios – repensando o desenvolvimento rural". *Economia Aplicada*, n. 2, Vol. IV: 379-397. São Paulo.

ABRAMOVAY, Ricardo (2003). **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

ABU-EI-HAJ, Jawdat. **O debate em torno do Capital Social**: uma revisão crítica. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº 47, 1999.

ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. Tradução: Marco Antônio Casanova; revisão técnica: Eduardo Soares Neves Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, 352p.

AGAMPODI, T. C.; AGAMPODI, S. B.; GLOZIER, N.; SIRIBADDANA, S. Measurement of social capital in relation to health in low and middle income countries (LMIC): A systematic review. *Social science & medicine* [0277-9536] Agampodi, Thilini, vol:128 pág:95 -104, 2015.

AGAMPODI, T. C.; AGAMPODI, S. B.; GLOZIER, N.; SIRIBADDANA, S. Measurement of social capital in relation to health in low and middle income countries (LMIC): A systematic review. *Social science & medicine* [0277-9536] Agampodi, Thilini, vol:128 pág:95 -104, 2015.

ALMEIDA, Ana Marcia Batista; MATOS, F. R. N.; CORREIA, Milka Alves. **A Confiança como Alicerce para a Construção do Capital Social**. In: XI SEMEAD - Seminários em Administração FEA/USP, 2008, São Paulo. Seminários em Administração FEA-USP, 2008.

ARAÚJO, E. T. **(In) consistências da gestão social e seus processos de formação**: um campo em construção. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária**: alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Perseu Abramo, 2006, 112p. (Coleção Brasil Urgente)

BAGNASCO, Arnaldo (1977). **Tre Italie – la problematica territoriale dello sviluppo italiano**. Bologna: Società editrice il Mulino.

BANCO MUNDIAL. **Questionário Integrado para Medir Capital Social**. Junho, 2003.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, R. V. A.; KEIL, Ivete. **Para além de Capital Social juventude, empoderamento e cidadania**. In: III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2006, Santa Cruz do Sul. Para além de Capital Social juventude, empoderamento e cidadania, 2006.

BARBACENA, J. M. Ação Popular e participação política: um diálogo com a teoria democrática de Aléxis de Tocqueville. **Revista Urutágua**, n. 17, dez. 2008/ mar. 2009, p.18-28.

BARRETO, R. C. S. **O empoderamento de comunidades e o desenvolvimento local**. In: XLII CONGRESSO DA SOBER, 2004, Cuiabá - MT. Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional, 2004.

BASSO, D. **Capital Social e Estratégias de Reprodução das Famílias Rurais**. In: Marcello Barquero; Dejalma Cremonese. (Orgs.). *Capital Social: teoria e prática*. 1 ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2006, v. 1, p. 299-321.

BECATTINI, G. & RULLANI, E. (1995). "Système local et marché global. Le district industriel". In: RALLET, Alain & TORRE, André (coord.) **Économie industrielle et économie spatiale**. Paris: Economica.

BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain – Eds. (1992). **Les régions qui gagnent – districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique**. Paris: PUF.

BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain – Eds. (2000) *La richesse des régions – la nouvelle*. Paris: PUF

BERDEGUE, Julio & SCHEJTMAN, A. (2003). **Desarrollo territorial rural**. Rimisp.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Capital Social, Governança e Desenvolvimento da Agricultura**: Um Ensaio Analítico. In: III Congresso Internacional de Economia e Gestão de Negócios Agroalimentares, 2001, Ribeirão Preto. Anais do III Congresso Internacional de Economia e Gestão de Negócios Agroalimentares. Ribeirão Preto, SP, BR, 2001.

BOBBIO, Norberto. *Estado governo sociedade - Para uma teoria geral da política*. Editora Paz e Terra S/A: Rio de Janeiro. 14- Edição, 2007.

BOULLOSA, R. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de gestão social a partir das perspectivas da *policy analysis* e da abordagem social da aprendizagem. In Colóquio Internacional sobre Poder Local, 11, 2009, Salvador. **Anais...**, Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD ROM.

BOULLOSA, R. de F., SCHOMMER, P. C. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da gestão social? In Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD ROM.

BOULLOSA, R.; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de lampedusa? In Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 3, 2009, Juazeiro/Petrolina. **Anais...**, Juazeiro/Petrolina: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD ROM.

BOURDIEU, P. **O Capital Social – Notas Provisórias**. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, p. 251, 1980.

BOURDIEU, P. **O capital Social**: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos da Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (1996). “Da Administração Pública Burocrática à Gerencial”. *Revista do Serviço Público*, v.47, n.1, janeiro, 1996, p.7-40. Disponível em: <  
<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>  
 f >. Acesso em 18 fev. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Réplica: comparação impossível. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p.50-51, jan./mar., 2005.

BRUSCO, Sebastiano (1996). “Trust, social capital and local development – some lessons from the experience of the italian districts”. *In*: OCDE (1996). **Networks of enterprises and local development**. Paris: OCDE.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CANÇADO, A. C. Gestão social: um debate para a construção do campo. **NAU – A Revista da Residência Social**, v.4, n.6, p.191-209, Mai/Out, 2013.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Fundamentos Teóricos da Gestão Social. **DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 5, n. 1, 2015, p.4-19.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Gestão social: epistemologia de um paradigma. Curitiba: CRV, 2013, 216p. ISBN: 9788580427455

CANÇADO, A. C.; POZZEBON, M. Social management: the potential contribution of a Brazilian research tradition to the international nonprofit debate *In* ISTR’s 12th International Conference: The Third Sector in Transition: Accountability, Transparency, and Social Inclusion, 12, Stockholm, **Anais...**, 2016. Stockholm: ISTR, 2016, p.1-15.

CANÇADO, A. C.; RIGO, A. S.; PINHEIRO, L. S. Por una agenda de investigación para la gestión social: control social, paradigma, escala y cuadro de análisis. **Práxis Sociológica**, V. 21, 2016, p.63-94.

CANÇADO, A. C.; SILVA JR; CANÇADO, A. C. M. G. **Gestão social**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/UANE/BID/STDS-Ce, 2017.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

CANÇADO, A. C; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.9, n.3, p.313-353, set/dez, 2013.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Pró-administração**. Brasília: CAPES, 2008. Disponível em <  
<http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/pro-administracao>>. Acesso em 12 maio 2016.

CARRION, R. M. Gestão social: especificidades e práticas em discussão. *In* SILVA, Junquilha Gelson; FARIA, Alexandre; BIANCO, Mônica; BEHR, Ricardo; PETINELLI-

SOUZA, Susane (Orgs.). **Tecnologias de gestão: por uma abordagem multidisciplinar**. Vitória: EDUFES. Vol. II. 2007.

CASTILHOS, Dino. **Capital social e políticas públicas: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do programa nacional de fortalecimento da**

CASTRO, Iná Elias. **Instituição e Território**. Possibilidades e Limites ao Exercício da Cidadania. Geosul, Florianópolis, v. 18, nº 36, 2003.

CEPAL; FAO; RIMISP (2003). "La pobreza rural em América Latina: lecciones para una reorientación de las políticas". **Série Seminários e Conferências, n. 27**. Santiago de Chile.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 2011, 368p.

CHRISTOFOROU, A., & DAVIS, J. B. (2014). **Social capital and economics: Social values, power, and social identity (Vol. 20)**. New York: Routledge, 2014.

COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **The American Journal of Sociology, 94 (supplement), p. S95-S120, 1988**.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **A Importância do Serviço de Inspeção Municipal (Sim) na Gestão Pública e para o Desenvolvimento Agroindustrial**. – Brasília: CNM, 2015. Disponível em: <[https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca\\_antiga/Servi%C3%A7o%20de%20Inspe%C3%A7%C3%A3o%20Municipal%20-%20SIM%20\(2015\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Servi%C3%A7o%20de%20Inspe%C3%A7%C3%A3o%20Municipal%20-%20SIM%20(2015).pdf)>. Acesso em fev-2019.

COOK, K. S. Networks, norms, and trust: The social psychology of social capital\* 2004 cooley mead award address. **Social Psychology Quarterly, 68(1), 4–14, 2005**.

CORREA, Edelmira P. & SUMPSI, José Maria – coords. (2001). **Políticas, instrumentos y experiencias de desarrollo rural em America Latina y la Unión Europea**. Madri: AECI/Fodepal.

CRONINGER, R., & LEE, V. Social capital and dropping out of high school: Benefits to at-risk students of teachers' support and guidance. **The Teachers College Record, 103(4), 548–581, 2001**.

CUNHA, L. A. G. **Confiança, capital social e desenvolvimento territorial**. RA EGA (UFPR), Ponta Grossa, v. 4, p. 49-60, 2000.

DALLABRIDA, V. R. **A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares**. In: Dejalma Cremonese; Marcello Barquero. (Org.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Editora UNIJUI, 2006, v. 01, p. 159-186.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Trazendo a cultura de volta**. XI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala, 7 - 10 Nov. 2006.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 6 Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

DIAS, Marcelo M. & Arilson FAVARETO (2007). **Um retrato preliminar dos colegiados territoriais no Brasil – novas instituições para o desenvolvimento rural?** Relatório de pesquisa. Brasília: SDT/MDA.



DURSTON, J. **¿Qué es el capital social comunitario?** Santiago de Chile. Publicación de las Naciones Unidas. Series Políticas Sociales. Nº 38, julho de 2000.

ENGBERS, T.A., THOMPSON, M.F. & SLAPER, T.F. Theory and Measurement in Social Capital Research. **Soc Indic Res (2016)**. DOI:10.1007/s11205-016-1299-0

FAO (2004). **Una propuesta para el desarrollo rural – Desarrollo Territorial Participativo y Negociado (DTPN)**. Grupo de Trabajo SDA.

FARR, J. Social capital a conceptual history. **Political Theory, 32(1), 6–33, 2004**.

FAVARETO, Arilson (2010). **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12).

FINE, B. **Social capital versus social theory: Political economy and social science at the turn of the millennium (Vol. 5)**. Oxfordshire: Psychology Press, 2001.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – uma introdução a uma agenda. In FISCHER, T. (org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, p.12-32, 2002

FRAGA, R.; LEMOS, Linovaldo Miranda. Migração Cidade-Campo e o capital social: estratégias para a revitalização do rural no município de Nova Friburgo/RJ. In: III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2006, Santa Cruz do Sul. Anais do Congresso, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Gestão Social: um conceito em construção. In Colóquio Internacional sobre Poder Local, 9,2003, Salvador. **Anais...**, Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD ROM.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987, 186p.

FREY, K. Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville. **Revista de Sociologia e Política**, n. 15, nov. 2000, p.83-96.

FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Tradução Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p. 455.

FURLANETO, E. L. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. **Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 16, número suplementar, p. 55-67, agosto, 2008**.

GAHYVA, Helga. Tocqueville e Gobineau no mundo dos iguais. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, 2006, p.553-582. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/218/21849305.pdf>>. Acesso em 10 set. 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: the problem of the embeddedness. **American Journal of Sociology**, Volume 91, 481-510, 1985.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Tradução de Mary Cardoso. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981, 210p.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre a facticidade e a validade, volume II. 2 Ed. Tradução Fábio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a, 354p. (Biblioteca Tempo Universitário, 102)

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**, Vol. II, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

HEANEY, M. T., & ROJAS, F. (2014). Hybrid activism: Social movement mobilization in a multimovement environment. **American Journal of Sociology**, 119(4), 1047–1103, 2014.

HIGGINS, S. S. **O capital social como infraestrutura de iniciativas produtivas**: estudo de caso de um projeto agroindustrial na Colômbia. 2008. 3448p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil) e École Doctorale des Sciences Sociales, Université Paris-Dauphine (França). Florianópolis. SC. 2008.

HIGGINS, Silvio Segundo Salej. **O Capital Social está na moda**: análise para sua reconstrução teórica. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros – 2011**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2011/defaulttabzip\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2011/defaulttabzip_xls.shtm)>. Acesso em: 21 ago. 2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Contas Regionais**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>

JASMIN, M. G. **Alexis de Tocqueville**: a historiografia como ciência da política. 2 Ed. Belo Horizonte: UFMG; IUPERJ, 2005, 305p. (Humanitas)

KHAN, Ahmad Saeed; SILVA, L. M. R. Capital Social das Comundiades Beneficiadas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural -PCPR/Projeto São José -PSJ - Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 43, p. 101-117, 2005.

KLIKSBERG, Bernardo. **Pobreza**: uma questão inadiável. Tradução de Cláudia Schiling. Brasília: ENAP, 1994.

KNACK, S., & KEEFER, P. Does social capital have an economic payoff? A cross-country investigation. **The Quarterly Journal of Economics**, 112(4), 1251–1288, 1997.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991. p. 27-58; p. 89-101.

LÜCHMANN, L. H. H. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, n.70, p. 139-170, 2007.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004, 152p.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Secretaria de Gestão Estratégica. Disponível em: <http://www.sge.mda.gov.br/>

MILANI, Carlos R. S. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). O&S. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, n. edição esp, p. 95-113, 2004.

MTE / SENAES. **Atlas da Economia Solidária**, 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>. Acesso em: 21 ago. 2013.

NANNICINI, T., STELLA, A., TABELLINI, G., & TROIANO, U. Social capital and political accountability. **American Economic Journal: Economic Policy**, 5(2), 222–250, 2013.

NASCIMENTO, Humberto Miranda. Capital Social no Brasil: o caso de Valente/ Bahia. Congresso Mundial de Sociologia Rural (IRSA)/ XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Rio de Janeiro/RJ: jul-ago de 2000.

NAZZARI, R. K.; BALDISSERA, Susana; CARMINATI, João Guilherme; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; NAZZARI, Mirian Terezinha; LAZZAROTTO, E. M. Alcances e limites do capital social e associativismo civil em Cascavel Pr. In: IV Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2005, Cascavel. Anais do IV Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2005. v. I. p. 1-8.

OCDE (1993). **What future for our countryside? A rural development policy**. Paris: OCDE.

OCDE (1995). **Creating employment for rural development – new policy approaches**. Paris; OCDE.

OLIVEIRA, G. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

OSTROM, Elinor. 1990. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. New York: Cambridge University Press.

OSTROM, Elinor. 2009. The Governance Challenge: Matching institutions to the structure of social-ecological systems. In LEVIN, Simon, (Ed) **The Princeton Guide to Ecology**. Princeton, NJ: Princeton University Press.

PAES-DE-PAULA, Ana Paula. **Por uma nova gestão pública**. São Paulo: FGV, 2005c. 204p.

PAES-DE-PAULA, Ana Paula. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008,136. (Coleção Debates em Administração)

PAES-DE-PAULA, Ana Paula. Tréplica: comparação impossível. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p.52-53, jan. /mar. 2005b.

PECQUER, Bernard (2000). **Le développement local – pour une économie des territoires**. Paris: Syros.

PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C. **Gestão social de cooperativas**. Curitiba: Appris, 2018, 189p.

PESSALI; D. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. **Revista Nova Economia, Belo Horizonte**, v. 20, p. 11-37, janeiro-abril, 2010.

PINHO, J. A. G. de. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In RIGO, Ariádne Scalfoni; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; SCHOMMER, Paula Chies; CANÇADO, Airtton Cardoso. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.

PIRES, V. *et al.* Dossiê – Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. In: **Revista de Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, jul./set., p. 110-126, 2014.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/download/>>. Acesso em: 22 out. 2013.

PORTES, A. Downsides of social capital. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 111(52), 2014.

PORTES, A. Social capital: Its origins and applications in modern sociology. **Annual Review of Sociology**, 24, 1–24, 1998.

PUTNAM, R. D. Social capital: Measurement and consequences. **Canadian Journal of Policy Research**, 2(1), 41–51, 2001.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone: The collapse and revival of American community**. New York City: Simon and Schuster, 2000.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 257.

PUTNAM, R. D. Tuning in, tuning out: The strange disappearance of social capital in America. **Political Science & Politics**, 28(04), 664–683, 1995.

PUTNAM, Robert D (2000). **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV.

RATTNER, Henrique. **Prioridade: construir o capital social**. ABDEL e FEA/USP, São Paulo, novembro de 2002. Disponível em: <[www.abdl.org.br/rattner/inicio.htm](http://www.abdl.org.br/rattner/inicio.htm)>.

RENNÓ, L. R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia Política, Curitiba**, v. 21, p. 71-82, 2003.

RICO, E. de M.; RAICHELIS, R. (orgs.) **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999, 231p.

RODRIGUES, W e NEVES, R. P. Capital social e desenvolvimento regional no Tocantins. **Revista de economia da UEG** - vol. 13, n. ° 1, jan/jun. 2017.

RODRIGUES, W. **Avaliação da efetividade dos pequenos projetos agroindustriais no território do Bico do Papagaio - TO**. Revista de Extensão e estudos Rurais | REVER, Viçosa, v.5, n.1, p.9-20 jan. /jun. 2016.

RODRIGUES, W. **Capital social e desenvolvimento regional no Brasil**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR • v. 14, n. 1, p. 43-60, jan-abr/2018, Taubaté, SP, Brasil.

RODRIGUES, Waldecy (2013). **Avaliação da efetividade do programa desenvolvimento territorial no Bico do Papagaio – TO**. Relatório de pesquisa. Brasília: SDT/MDA.

RODRIGUES, Waldecy et al. Capital social e desenvolvimento regional: o caso do sudeste do Tocantins. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 232-248, maio 2012. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2460/1880>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

ROTHSTEIN, B. Social capital in the social democratic welfare state. **Politics & Society**, 29(2), 207–241, 2001.

SAHA, M., & BANERJEE, S. **Training and development of employees of SMEs: A social capital perspective**. Review of HRM, 3, 196, 2014.

SALVADOR, E. **Perfil da Desigualdade e da Injustiça Tributária: com Base nos Declarantes do Imposto de Renda no Brasil 2007—2013**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, 2016. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/livros/2016/perfil-da-desigualdade-e-da-injustica-tributaria/>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

SANTOS, L. Neves. **Arranjos produtivos do coco de babaçu e qualidade de vida na Região do Bico do Papagaio – TO**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2012 (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, M. J. S. **Indicadores de Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida na Amazônia: a Experiência do Acre**. Brasília: Universidade de Brasília, 2005 (Dissertação de Mestrado).

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL / MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDT/MDA). **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável território APA do Cantão – TO**. Brasília: SDT/MDA, 2006.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL / MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SDT/MDA). **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável território Bico do Papagaio – TO**. Brasília: SDT/MDA, 2010.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVA, M. A racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 37, n. 2, Abr./Jun. 1997.

STORY, W. T.; TALEB, F.; AHASAN, S.M.; ALI, N. A. Validating the Measurement of Social Capital in Bangladesh. **Qualitative Health Research Vol 25, Issue 6, pp. 806 – 819, April-09-2015.** DOI: 10.1177/1049732315580106.

TAVARES, G. O.; CUNHA, E. V.; SILVA JR, J. T. Os limites e desafios da formação em Gestão Pública e Gestão Social no Curso de Administração Pública da UFC Campus Cariri. **Temas de Administração Pública**, v.3, n.6, 2012, p-1-15.

TENÓRIO, F. G. (2012). Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO; A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA Jr., J. T. **Gestão social: aspectos Teóricos e aplicações.** Ijuí: UNIJUÍ: 23-36.

TENORIO, F. G. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs). **Revista Administração Pública**, v.40, n.6, dez., 2006.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v.32, n.5, p. 7-23, set./out. 1998.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** 3 Ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008a.

TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado.** 3 Ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2008b.

TENÓRIO, F. G.; SARAVIA, H. J. Escorços sobre gestão pública e Gestão Social. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna. **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, 340p.

THE WORLD BANK (1997). **Rural well-being – From vision to action. Proceedings of the Fourth Annual Bank Conference on Environmentally Sustainable Development.** Washington, DC.

THE WORLD BANK (2001). **Rural development strategy and action plan for the Latin America and the Caribbean Region.** Vol. 1. Main Report.

TOCQUEVILLE, A. de (1998). **Democracia na América.** Traduzido por José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

TWENGE, J. M., CAMPBELL, W. K., & CARTER, N. T. Declines in trust in others and confidence in institutions among American adults and late adolescents, 1972–2012. **Psychological Science**, 2014. Doi:10.1177/0956797614545133.

VEIGA, José Eli (2004). “Destinos da ruralidade no processo de globalização” **Estudos Avançados**, n. 51, maio-agosto 2004, p. 51-67.

VEIGA, José Eli e colaboradores (2001). “O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento”. **Texto para Discussão n. 1.** Brasília: Nead.

VILLELA, L. E. (2012). Escopo metodológico. In: TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise.** Rio de Janeiro: FGV: 35-46.

WALSH, D., MCCARTNEY, G., MCCULLOUGH, S., VAN DER POL, M., BUCHANAN, D., & JONES, R. Comparing levels of social capital in three northern post-industrial UK cities. **Public Health**, 129(6), 629–638, 2015.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, **27(2)**, 151–208, 1998.

YRUELA, Manuel P. et al. (2000). **La nueva concepción del desarrollo rural – estudio de casos**. CSIC/Instituto de Estudios Sociales Avanzados de Andalucía.

ZHU, X., YU, C. Y., LEE, C., LU, Z., & MANN, G. A retrospective study on changes in residents' physical activities, social interactions, and neighborhood cohesion after moving to a walkable community. **Preventive medicine**, **69**, S93–S97, 2014.